



MEMÓRIA E FRAGMENTO EM K. - RELATO DE UMA BUSCA

Thaís Sant'Anna Marcondes

Orientador: Lucia Helena

Mestranda

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar de que maneira Kucinski entrelaça um acervo de fragmentos pseudo-autobiográficos com a angústia do tempo ditatorial, no livro *K. - Relato de uma busca*. Neste sentido, começamos por abordar a questão histórica do livro a partir da leitura de Benjamin, numa visão qualitativa do tempo, em que se privilegia a vivência dos que fracassaram, trazendo à tona a memória dos fracassos tal como ela é lembrada no momento da escrita. Dado que nossa memória coletiva sobre essa época é cheia de lacunas impossíveis de serem preenchidas, o autor faz uso da fragmentação de pontos de vista em seu tecido narrativo, gerando uma plurivocidade de testemunhas. Para analisar essa forma de rememorar, partimos das reflexões teóricas de Ecléa Bosi, que põe em discussão os múltiplos caminhos pelos quais se constroem a memória. Por fim, este trabalho procura também refletir sobre o modo como o autor lida com o par “realidade X ficção”. A personagem desaparecida do livro é a irmã do próprio Bernardo Kucinski e o personagem central da maioria dos capítulos é seu pai. Além disso, o título da obra nos remete a um gênero textual composto a partir da memória real de quem o escreve. Para tratar disso, retomamos os estudos de Lejeune sobre o “pacto autobiográfico”. Assim, pretendemos propor uma leitura do livro não como simples busca de um pai pela filha desaparecida, mas uma obra que se propõe como reinvenção da memória deixada de lado pela história, num jogo em que as fronteiras da autobiografia e da ficção se confundem, se desgastam.

PALAVRAS-CHAVE: memória, ditadura, fragmentação.

Em novembro de 2011, era sancionada a lei que estabelecia a Comissão da Verdade no Brasil. A Comissão teria por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas durante o período ditatorial e acabou fomentando o debate sobre os “segredos e mistérios” da ditadura.

A história do regime ditatorial, em nossas mentes, é marcada por uma herança maldita em que foi preciso impor o esquecimento. Devido à escassez de registros sobre o que realmente acontecia por “debaixo dos panos”, nossa memória coletiva acabou arquivando esse período como um tempo fragmentado. Sabemos que houve torturas, sequestros, mortes, etc. Mas, é impossível que saibamos a real proporção dessa história trágica, graças a estratégias de silenciamento e acobertamento. Nas palavras de Coimbra (2011):

O conhecimento do passado que nos tem sido imposto seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses e, com isso, constrói zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões e negações. A memória ‘oficial’ tem evidenciado, portanto, seu lado perverso, pelas práticas dos ‘vencedores’ com o intuito de apagar os vestígios que os tornados subalternos e os opositores, em geral, têm deixado ao longo de suas experiências de resistência e luta (COIMBRA, 2011, p. 40).

Com a criação da Comissão, o país começou a remexer nos seus “porões mais sombrios” para pôr em debate as torturas, perseguições e outras tantas atrocidades. Falar sobre isso agora é “afirmar/fortalecer experiências ignoradas, desqualificadas, negadas” (Coimbra, 2011, p. 40) com o passar dos anos.

A produção literária de Kucinski se deu em um momento bem específico no cenário brasileiro. Também em 2011, o autor publicou *K. – Relato de uma busca*. Kucinski traz a história do desaparecimento de uma professora de química da USP durante a ditadura. Em meio a tantas tristes histórias recuperadas pela Comissão da Verdade, o livro sai da esfera pública e elege o ambiente familiar para apresentar a saga de um pai, K., em busca da filha. Na verdade, essa busca, no decorrer da obra, vai se desdobrar em muitas outras buscas deslizantes.

O livro se propõe a ser um relato. O domínio social do gênero relato consiste na documentação e memorização das ações humanas; é a representação, pelo discurso, de experiências vividas, situadas no tempo. E, antes mesmo de ser um relato de uma busca, trata-se da busca pela constituição de um relato, ou de vários relatos, para reconstruir a memória coletiva em relação ao período ditatorial. Para remediar o “mal de Alzheimer nacional”, é preciso memória. Para isso, o livro reúne fragmentos dos mais diversos gêneros e vozes numa espécie de caleidoscópio polifônico, criando uma ideia plural, uma nova configuração de sentidos do que foi a ditadura no Brasil.

O romance reconstitui várias vozes em dialogismo. São os pequenos relatos anônimos do cotidiano. K. é personagem da maioria dos capítulos que são narrados em 3ª pessoa. Porém, há também narradores-testemunhas, isto é, temos capítulos em que o ponto de vista é dos sequestradores de Ana, de seu sogro, do próprio Fleury – figura evocada pela memória dos brasileiros –, da amante do delegado, etc.

A fragmentação dos pontos de vista se relaciona diretamente com a questão da memória reparada por conta dessa rasura na história da ditadura brasileira. Para dar conta de um acontecimento com déficit proposital de registros, é preciso tecer com fragmentos. Essa estrutura, que foge da linearidade para organizar os relatos, juntamente com a inserção de personagens, de vozes anônimas, se opõe às formas tradicionais de contar a história oficial e vai criando sua continuidade a partir do fragmento.

Benjamin, em seu texto *Sobre o conceito de história* (2012), trata do historicismo de forma negativa, pois este ideal de pesquisa vê o passado como uma imagem eterna, tal como ele de fato foi, e de uma perspectiva dos que venceram, da cultura dominante. Opondo-se a isso, o autor fala sobre o materialismo histórico, em que haveria uma perspectiva qualitativa do tempo, privilegiando a vivência dos que fracassaram, trazendo à tona a memória dos fracassos tal como ela é lembrada hoje: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo de agora’” (Benjamin, 2012, p. 249). Desta forma, o livro *K. – Relato de uma busca* (2014) resgata um dos princípios construtivistas do materialismo histórico: a rememoração por parte dos que foram vencidos. A partir de estilhaços do passado, a memória vai sendo reconstruída, enquanto os personagens tentam entender a dimensão de suas ruínas individuais e coletivas.

Para isso, o autor entrelaça ficção e realidade. A história vai sendo contada a partir de suas memórias familiares, que, por sua vez, estão em profunda consonância com a memória coletiva. A narrativa tece o plano da incerteza, com o qual se depara o leitor desde o início do livro, com o aviso assinado pelo autor: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.” (Kucinski, 2014, p.8). Quase tudo aconteceu porque, no posfácio de Renato Lessa, temos a informação de que a personagem desaparecida é irmã do próprio Bernardo Kucinski (Kucinski, 2014, p. 183). Por isso, o autor parte de lembranças familiares traumáticas para tentar recuperar o momento histórico e de relevância pública também

traumático. A consequência disso é encontrar o leitor no limbo, não sabendo o que é verdade e o que foi inventado. Isto é, o leitor pode acabar deixando-se levar pela busca do que é realidade no texto ficcional.

Para Philippe Lejeune (2014), a autobiografia seria uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular, a história de sua personalidade” (Lejeune, 2014 p. 16). De acordo com esta classificação, o romance não seria uma autobiografia.

Outra classificação que também parece não se confirmar é a de autoficção. O termo surgiu com Doubrovsky, em 1977, quando o autor decidiu escrever um romance sobre si próprio – *Fils*. A autoficção, de acordo com Doubrovsky, seria a ficcionalização de fatos e acontecimentos estritamente reais em que o nome do autor seria o mesmo que o do personagem. (Doubrovsky, 1977, p.10).

Na verdade, haveria uma motivação biográfica para a construção da ficção de Kucinski. De acordo com Lima (1991), “Pela ficção, o poeta se inventa possibilidades, sabendo-se não confundido com nenhuma delas; possibilidades contudo que não inventariam sem uma motivação biográfica” (Lima apud Alberti, 1991, p.75).

A busca de que realmente trata o título é a do pai que procura sua filha, Ana. A essa busca principal somam-se mais duas: a busca pelo entendimento da relação que havia entre eles e a busca que nós, leitores, fazemos junto com K. por informações, já que não sabemos muito mais do que o personagem principal.

A tensão inicial do livro é causada pela angústia do pai que não tem notícias da filha há dias. Ao mesmo tempo, o narrador intercala essa angústia paternal com o início de um exame de consciência do personagem K. É possível que seu papel como intelectual, sua dedicação ao iídiche, o tenham impedido de sentir as mudanças políticas no Brasil e, conseqüentemente, de notar o envolvimento da própria filha com a oposição ao regime militar. O pai começa a tentar buscar as primeiras informações sobre o desaparecimento da filha e, desde o início da saga, a espera por notícias fidedignas é em vão. No decorrer do texto, o personagem vai descobrindo que não sabia muita coisa sobre a vida de Ana, como por exemplo, o casamento. A personagem casou-se escondido com um companheiro que pertencia

à cúpula da luta clandestina. A postura intelectual assumida por K. a vida inteira o impediu de enxergar o óbvio: sua filha também se interessava por política.

K. estabelece uma conexão com Ana em que, ao mesmo tempo em que ele quer apertar os laços, fazendo questão de alguns ritos familiares como telefonar uma vez por dia e o almoço aos domingos, ele demonstra desinteresse e desconhecimento pela vida da filha, pois também precisa cuidar de suas outras conexões, como os amigos escritores do iídiche.

Além disso, a estrutura em fragmentos do romance faz com que o leitor participe de forma ativa para que as configurações de sentido funcionem. Como o autor parte de suas lembranças familiares e também toca num assunto fragmentado na memória coletiva dos brasileiros, o leitor começa a narrativa sofrendo a mesma angústia de K. Ana desaparece, as pessoas não podem revelar nenhuma informação por completo, tudo é perigoso, ninguém é confiável. Entramos desesperados na narrativa, sem saber de nada e sem entender como ninguém é capaz de ajudar o pai da moça desaparecida.

No decorrer do livro, porém, há uma transformação na postura do leitor. A posição de K. vai se distanciando quando são apresentados àquele relatos de outras vozes e experiências das quais K. não pôde ter acesso. A transformação acontece quando temos a oportunidade de conhecer os outros pontos de vista. Então, a angústia começa a se intensificar quando começamos a entender o que houve com a jovem e seu marido, enquanto o pai continua sua busca sem resultados, sendo enganado, desprezado, ignorado.

Por ser a representação de experiências vividas durante a ditadura, o relato, ou os relatos, exigem a recuperação da memória, para que ela possa ser apresentada em forma de discurso. Através de diversas vozes, o livro vai construindo o caleidoscópio de memórias, e tem seu ponto alto quando, no capítulo intitulado “No Barro Branco”, temos o personagem K. indo contar sobre sua vida e a saga por sua filha desaparecida aos presos políticos para tentar descobrir de algum deles o que aconteceu com Ana.

É um dos últimos capítulos do livro e ao leitor não é exposta a narração de K. tendo em vista que, no decorrer do livro, este já sabe sobre a saga:

Os presos ouviam em silêncio, de olhos fixos no rosto afogueado de K., como que hipnotizados pelas órbitas intumescidas de seus olhos vermelhos e

úmidos. Muitos nunca mais esqueceriam aquele momento. O sofrimento do velho os impressionava. (...) Alguns conheceram sua filha e o marido, eram da mesma organização clandestina; todos conheciam a história, inclusive quem os havia delatado. Sabiam que já estava morta há muito tempo (KUCINSKI, 2014, p. 174).

O relato de K. é, portanto, de suma importância para fechar esse conjunto de relatos pois o personagem já é idoso e representa, de acordo com Bosi (1994), a memória da família, do grupo, da sociedade. Os velhos, apesar de não serem mais membros ativos da sociedade, já o foram e possuem uma nova função social: lembrar e contar aos outros sua história. Por isso, há no ato de K., em contar sua vida, “o reviver do que já se perdeu, de histórias, (...), o reviver dos que já partiram e participam então de nossas conversas e esperanças” (Bosi, 1994, p. 74).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- COIMBRA, Cecília. Gênero, militância, tortura. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.
- DOUBROVSKY, Serge. *Fils*. Paris: Galilée, 1977.
- KUCINSKI, Bernardo. (2011/2012 – Ed. Expressão Popular) *K. – Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.